

INSTITUTO DE HUMANIDADES

CURSO AUTÔNOMO- FUNDAÇÃO E ATUALIDADE DO LIBERALISMO

I. BREVE HISTÓRIA DA EXPERIÊNCIA INGLESA

Arsênio Eduardo Corrêa

A Emergência e consolidação da monarquia constitucional na Inglaterra.

Os acontecimentos e através deles podemos avaliar o drama vivido pelos ingleses para a conquista referida. Antes porém lembremos que, a exemplo do que ocorria na Europa naquela época, o regime consistia na Monarquia absoluta. Contudo, a Inglaterra apresentava uma distinção: coexistia com o Parlamento, que dispunha de certas prerrogativas, consolidadas historicamente, ao contrário dos outros países, onde as Cortes, além de dependerem de convocação do Monarca, não dispunham de maiores prerrogativas.

Desde a Magna Carta, contrato entre o Monarca, os barões feudais e os dignatários da Igreja –firmada em 1215- achava-se limitado o poder do Monarca de imiscuir-se na gestão das propriedades; assegurava a independência da Igreja; impedia prisões arbitrárias; e, sobretudo, circunscrevia a situações extraordinárias a prerrogativa governamental de criar novos impostos.

O Governo Representativo que deu suporte a existência da Monarquia Constitucional não foi um produto elaborado por um ou alguns grandes filósofos ou políticos. Surgiu e acabou se consolidando, através do movimento social havido na sociedade inglesa desde o século XVII.

Houve guerra civil, condenação de um Monarca à morte, experiência de governo ditatorial, enfim foi adotado diante de uma situação concreta e tinha a finalidade de equilibrar as correntes político-sociais, criando condições para o exercício do poder por um governo da Lei.

O conflito nos primórdios do século XV era de origem religiosa. Henrique VIII, que reinou de 1507 a 1547, rompeu com o Papado, inaugurou uma nova igreja, a Anglicana, e não dispôs de tempo para mudar a forma de organização da igreja tradicional que existia em seu tempo e era subordinada ao Papa.

No reinado que se seguiu, de Elisabete I, a Igreja Anglicana adota os princípios da Reforma, basicamente o calvinismo. Essa mudança de feição não se estendeu ao aspecto secundário que era a hierarquia da Igreja, permanecendo as denominações anteriores (bispos) inclusive a hierarquia, isto é, a chefia em mãos do Bispo de Cantuária.

Essa circunstancia gerou descontentamento entre os fiéis, dando nascimento a várias outras Igrejas ligadas à Reforma. Seus integrantes foram chamados de puritanos, no sentido de que almejavam a pureza institucional. Historicamente também ficaram conhecido como dissidentes.

A fim de assegurar à Igreja Anglicana a maioria do apoio popular, Elisabete I perseguiu os católicos e estes por sua vez a hostilizaram o quanto podiam. A história mostrou que a Rainha venceu, pois nos seus 45 anos de reinado extinguiu a presença do catolicismo na Inglaterra. Tentou, mas não conseguiu extinguir as demais Igrejas protestantes, mas a Igreja Anglicana tornou-se a mais representativa.

Elisabete I não tinha descendentes tornando aguda a questão da sucessão, uma vez que o trono deveria ser ocupado por Mary Stuart. Os Stuart reinavam na Escócia, onde a maioria da população também se convertera ao protestantismo, através da Igreja Presbiteriana. Aparentemente não havia porque gerar um conflito. Entretanto, os Stuart permaneceram fiéis ao catolicismo. Do ponto de vista de Elisabete I, essa situação ameaçava reacender a questão religiosa que, no essencial, havia resolvido.

Para impedir que tal se consumasse Elisabete I acabou condenando Mary Stuart à morte. Além disto, tomou a si a incumbência de educar o seu filho, que deveria substituí-la, como de fato ocorreu.

Só este fato mostra a relevância de que se revestia a questão religiosa, relevância essa que somente se acentuaria com o envolver dos acontecimentos.

O grave é que os Stuart, que ascenderam ao trono substituindo aos Tudor, não só reacenderam o problema religioso como criaram, adicionalmente, um conflito com o Parlamento. Os dois movimentos conflituosos levaram o País a uma guerra civil e conseqüente abolição da monarquia. Seguiu-se o que deveria equivaler ao governo no Parlamento, experiência histórica que em geral se perde de vista. Cumpre entretanto destacá-la porquanto serviu para evidenciar quais as regras a serem observadas de forma a permitir que se constituísse, efetivamente, numa alternativa. Por não tê-lo conseguido, a questão da nova forma de governo seria postergada até praticamente o fim do século com a Revolução Gloriosa de 1688 que encerrou de vez com a possibilidade do Monarca inglês professar outra religião que não a adotada oficialmente. Vejamos mais de perto o desdobramento dessa situação.

A experiência fracassada do governo do Parlamento

Sucedeu Elisabete I Jaime I (reinou de 1603, ano da morte de Elisabete I, a 1625). Embora menos radical em relação aos católicos, nada fez que reacendesse a delicada questão. O mesmo não ocorreria, entretanto, com seu filho, Carlos I, que o substituiu. Começou tornando público que o seu pai se convertera ao catolicismo antes de morrer. Casou-se com uma católica, irmã de Luís XIII, rei da França, buscando assim incompatibilizar-se com a maioria. A par disto iria suscitar um novo conflito, que a história revelaria ser de igual magnitude, desta vez com o Parlamento, por sinal dominado por protestantes. Aspirava o governo pessoal, tentando sobreviver sem a necessidade de cumprir a praxe de convocar regularmente o Parlamento. Diante desse quadro, torna-se patente à liderança parlamentar a necessidade de reavivar os princípios consagrados desde a Magna Carta. Trata-se da Petition of Right (Petição de Direito), que desde então passou a integrar o conjunto que instruí a nova forma de governo em gestação.

A Petition of Right, de 1628 é um documento que reflete o ambiente de beligerância existente naquele momento. Tratava-se de impor a Carlos I que não perseguisse aos seus desafetos, em franco desrespeito às práxis legais e ainda que não impusesse tributos à população sem audiência do Parlamento. O Parlamento enfatiza que não aspira a

quaisquer privilégios mas apenas o respeito àqueles direitos consagrados pelos ancestrais.

Àquela altura a vigência de novos tributos dependia de autorização expressa do Parlamento e, impunha o respeito aos direitos fundamentais, que mais tarde seria nota distintiva do Governo Representativo, isto é, o fim da Monarquia absoluta e sua substituição pelo que passou a chamar-se de Monarquia Constitucional.

Carlos I resistiu o quanto pode a firmar a petição, tanto assim, que David Hume (1711/1776) em sua História da Inglaterra (1848, vol. IV, p. 427), diz: “Pode-se afirmar, sem exagero, que a concordância do rei com a Petição de Direito representa mudança de governo de tal ordem que equivale a uma Revolução”.

Mas o uso do cachimbo deixa a boca torta. Carlos I, logo a seguir buscou instaurar o governo pessoal. Diante da impossibilidade de alcançá-lo, em 1640, convoca o Parlamento. Recusando-se este a fazer concessões, o Monarca o dissolveu, três semanas depois de sua instalação. Em fins daquele mesmo ano convoca o Parlamento e este continua se negando a curvar-se ao rei, que em revide tenta prender parlamentares opositores. Cria-se um clima de guerra civil; a família real deixa Londres em 1641 e se iniciam os combates entre forças leais a Carlos I e os partidários do Parlamento.

A guerra civil dura perto de sete anos. Nos primórdios do ano de 1646, Carlos I considera-se derrotado, rende-se e é preso. Mesmo com sua prisão seus seguidores continuam a Guerra sendo derrotados em 1648.

Carlos I é decapitado em 30 de janeiro de 1649. A monarquia é abolida na Inglaterra.

À 19 de maio de 1649, o Parlamento aprova a seguinte norma: “é declarado e estabelecido pelo presente Parlamento, em decorrência de sua própria autoridade, que o povo da Inglaterra, para todos os domínios e territórios onde quer que se encontre, são e serão com isto constituído, estabelecido e confirmado tornar-se uma Comunidade e Estado Livre e doravante será governado como Comunidade e Estado Livre pela suprema autoridade da nação, os representantes do povo no Parlamento.....sem qualquer Rei ou Casa dos Lordes.”.

Essa norma não foi implementada, ou seja, não houve governo constitucional nessa ocasião, vigorou uma ditadura, exercida diretamente pelo detentor do Executivo, não se conseguindo uma denominação para o regime que vigorou naquele período. Alguns autores chamam-no de República o que nos parece pouco apropriado. Mas a verdade é que assemelhou-se à monarquia constitucional – substituído o Rei por um Presidente temporário.

Essa experiência por mais de uma década, mostrou a necessidade de que se elaborasse uma doutrina de Governo Representativo, capaz de unificar o ponto de vista da elite e dar estabilidade ao governo. A doutrina do Governo Representativo só veio a luz nos anos oitenta daquela centúria. Enquanto isto, a Inglaterra teve que reintroduzir a monarquia, a tentativa de se conviver com a Casa de Stuart, assistir à ascensão de um rei católico e ter que organizar a sua derrubada a fim de evitar viesse a ser perpetuada tal situação.

O dilema que se estabeleceu era de dar forma e funcionamento a um Governo Representativo e para isso era necessário que fosse elaborado uma doutrina de tal governo. Ora, os problemas enfrentados eram de grande monta, senão vejamos quais e como foram encaminhados suas soluções:

- 1) A instauração do Commonwealth determinou a entrega formal do poder ao Parlamento, isso ocorreu com a morte do Rei;
- 2) O Parlamento não encontraria como fazer funcionar o governo;
- 3) A emergência dos problemas pendentes, tais como: a) disputas religiosas; b) efetivo militar grandioso e de difícil desmobilização, até porque havia a ameaça de invasão dos partidários de Carlos Stuart, filho mais velho de Carlos I, que estavam no exterior; c) os reclamos da população por menos impostos.

Diante da somatória dos problemas apontados e da incapacidade do governo de responder aos anseios da população o comandante do exército, Oliver Cromwell (1599/1658), dissolveu o Parlamento em abril de 1653 e convocou novo Parlamento, que também não funcionou, tendo sido dissolvido pelo mesmo comandante em 20 de abril de 1653. Este ato significou que o poder ficou entregue ao exército.

Cromwell, na função de ditador, resolve que o Parlamento da forma como havia sido feito não funcionava e como todo aquele que exerce o poder de forma absoluta inventou um novo Parlamento, ainda que não o tivesse assim denominado. Formou-o com gente de sua confiança. Esse arremedo de Parlamento proclama-o Lord Protetor a 16 de dezembro de 1653.

Duas questões emergiram sob o governo Cromwell, a primeira seria a de fixar as atribuições do Parlamento e da instituição que responderia pelo governo; e, a segunda, como deveria ser composto o Parlamento, isto é, quem deve dispor do direito de fazer-se representar.

O amadurecimento das questões mencionadas veio a ocorrer quando a solução ensejada pela Commonwealth não se mostrou duradoura. Em consequência, restaurou-se a monarquia e os Stuart voltaram ao poder, entretanto mostraram que não haviam aprendido a lição com a decapitação de Carlos I.

O período Cromwell se destacou pela promulgação em 1652 do Ato de Navegação, ato esse que implantou o monopólio do transporte das mercadorias importadas pelo País. Essa medida vinha ao encontro da política estabelecida para o setor por Elisabete I e destinada a tornar a Inglaterra uma grande potência comercial. No período seguinte, com o restabelecimento da monarquia tal medida foi revogada, entretanto marca a orientação dada à economia. Essa medida veio a ser restaurada e vigorou até a Era Vitoriana, quando o mercantilismo foi abandonado em prol do chamado livre cambismo.

A Revolução Gloriosa e o papel de John Locke

O período histórico que desembocou na Revolução Gloriosa, inicia-se com a morte de Cromwell em 1658.

Deixou ele a indicação de que seu filho o substituísse, mas esse meio não conferiu credibilidade ao governo. Emerge a instabilidade e reacende o movimento de restauração monárquica. A liderança política firmou um acordo com o herdeiro do trono – filho mais velho de Carlos I, exilado na França – o qual se comprometia a respeitar as prerrogativas do Parlamento.

Em 1660, inicia-se o reinado de Carlos II, mostrando não ter aprendido com a decapitação de seu pai. Perseguiu muitos partidários de Cromwell e alguns foram massacrados. Há ainda, o caso do grande poeta Milton que chegou a ser condenado e só não foi morto, por ter tido uma repercussão enorme na Inglaterra e no resto da Europa. Para se ter uma ideia da perseguição religiosa imposta por Carlos II, os dissenters (dissidentes), emigraram em massa para os Estados Unidos da América para fugir das atrocidades do Rei.

Carlos II reinou até 1685, tentou no seu reinado fazer concessões aos católicos, pois estes professavam a mesma religião do Rei. Acenava também com os direitos dos dissidentes. Contudo, para tal empreitada o Rei precisaria legislar, mas o Parlamento explicitou que a restauração não incluía o poder de legislar. Esse arranjo acabou perdurando por duas décadas.

Em fins da década de setenta, os whigs conquistam maioria no Parlamento e suscitam o problema da sucessão.

A sucessão tinha como herdeiro natural o irmão do Rei (Jaime), que acreditava no renascimento do catolicismo, para isso, segundo evidências, negociava o apoio de Luís XIV, rei de França para aquele propósito.

Os Whigs apresentam moção no sentido de excluí-lo da sucessão, reacendem-se as questões que levaram à extinção da monarquia. Carlos II reage e promove em 1681, o exílio do mais destacado líder whig – Lord Shafsterbury. Estava selada a sorte do reinado seguinte.

Jaime II, irmão do Rei falecido, assume em 1685. Logo verifica-se que não tinha nenhum interesse em governar com o Parlamento. Reuniu-o apenas uma vez. Este por sua vez quando foi necessário liberar recursos negou-lhe, pois o Rei queria reforçar o exército e revogar a lei da habilitação, que limitava aos protestantes o acesso ao serviço público. Imaginou ele, que sem tal exigência preencheria os cargos-chaves com católicos.

Jaime II não se deu por vencido e reconstituiu um órgão que lhe facultava intervir na Igreja Anglicana, chegando mesmo a instaurar processo contra os principais bispos, que foram absolvidos. Com esse tipo de medida acabou isolado.

A sucessão de Jaime II entrou para a ordem do dia. Sabia-se que tinha duas filhas protestantes, a mais velha (Maria) casada com Guilherme de Orange – alto dignatário na Holanda. Assim, a estratégia natural era esperar por sua morte. Entretanto, de um segundo casamento Jaime II esperava um filho e, sendo este do sexo masculino, teria precedência sobre suas irmãs. Essa situação precipitou os acontecimentos. Em meados de 1688, a conspiração para derrubá-lo emergiu para primeiro plano.

Guilherme de Orange organizou um exército, em novembro e invadiu a Inglaterra não tendo encontrado resistência. O Rei abandonou o trono e refugiou-se na França.

Em janeiro há eleição para o Parlamento. A 13 de fevereiro é promulgado o documento básico que deu feição acabada ao Governo Representativo e atendeu à grande aspiração dos ingleses: proibiu que, em qualquer circunstância, o Trono voltasse a ser ocupado por um católico. Tratava-se do Bill of Rights (Carta dos Direitos).

Esse é o resumo do fato histórico conhecido como Revolução Gloriosa.

A dramática experiência inglesa no caminho do estabelecimento do Governo Representativo, contou com a elaboração doutrinária de John Locke (1632/1704).

Locke apresentou soluções para os problemas suscitados pela fracassada experiência de Cromwell. Ele o fez no livro Segundo Tratado do Governo Civil. Apresentou de forma afirmativa como deveria ser instituído o Governo Representativo, a forma de seu funcionamento e a doutrina em que se baseava. Em suma, preencheu plenamente a lacuna tornada patente pelo governo de Cromwell.

O ambiente político era tão grave que Locke deixou que a autoria fosse atribuída a um amigo; mais tarde restabeleceu-se a verdade.

Locke entendia, àquela altura, ter cumprido seu papel. Seu trabalho unificou o ponto de vista da elite no sentido de que se implantasse um governo em que havia divisão de poderes e estabelecia quem devia fazer-se representar.

Locke não exercia a liderança em prol do Parlamento, talvez por isso não se considerasse o verdadeiro formulador das soluções.

O líder do movimento era Antony Ashley Cooper, Lorde Shafsterbury (1621/1683). Chefiava os whigs, como então eram conhecidos os futuros liberais.

Locke era médico e nessa condição se aproximou de Shafsterbury, posteriormente se tornou um dos seus principais colaboradores.

Shafsterbury apresentou, em 1679, um projeto de lei eleitoral, com a finalidade de assegurar a independência do Parlamento em relação à Coroa. Nele atribuía o direito de votar e ser votado àqueles que possuíssem um determinado nível de renda.

Shafsterbury defendeu seu projeto com estes argumentos: (...) “Do mesmo modo que os eleitores devem ser proprietários, também o devem ser os parlamentares, porém num grau mais elevado. Não é sábio confiar a riqueza da Nação àqueles que não a tivessem eles mesmos. Seria legítimo temer que suas dificuldades financeiras, combinadas com uma tentação externa (o Rei e a Coroa), não lhes permitisse resistir a interesse hostil, do que por vezes tivemos experiência, nos Parlamntos anteriores, para nossa infelicidade.”.

Não se pode precisar de quem partira a ideia da tripartição de Poderes, ela pode ter surgido de Shafsterbury. Entretanto, a fundamentação feita por Locke, no Segundo Tratado, o credencia com a verdadeira ata de fundação do Governo Representativo.

Os enunciados formulados por Locke tornaram-se os princípios básicos que foram incorporados ao Bill of Rights, que se tornaria para a Inglaterra aquilo que as Constituições passaram a significar para os demais países.

Lord Shafsterbury foi sem dúvida o grande artífice do desfecho que daria nascimento ao Governo Representativo. Falecido antes da Revolução Gloriosa de 1688, não deixou de ser o grande líder desse período histórico político.

Lord Shafsterbury foi ainda exilado na Holanda, onde veio a falecer. Locke o acompanhou e após sua morte colocou-se no centro da conspiração.

A verdade histórica é que a Revolução Gloriosa permitiu que a Inglaterra pudesse experimentar e consolidar o Governo Representativo ao longo do século XVIII. O Bill of Rights consagra a divisão de poderes.

A consolidação no século XVIII

Do que precede evidencia-se que o Governo Representativo, na Inglaterra, não resultou de construção ideal. Foi conseguido mediante experiência das mais dramáticas, conforme vimos.

Seu aperfeiçoamento ou melhor sua atualização, foi sempre buscada pelos políticos considerados estadistas. Nesse sentido, destacam-se alguns eventos do século XVIII, eventos esses que se coroam com a efetiva transformação do Parlamento num órgão autônomo e de grande autoridade conquistada no País.

Com a morte de Guilherme de Orange (governou como Guilherme III), em 1702, ascende ao trono a segunda filha de Jaime II, Ana, cujo reinado durou até 1707. Não tendo descendência, a lei havia estabelecido que passaria a reinar a Casa de Hanover. Considera-se que a presença de reis alemães, na Inglaterra, ao contrário do que poderia parecer, favoreceu a consolidação do Governo Representativo. O primeiro deles, Jaime I, teve que encontrar um interlocutor com o Parlamento, experiência de que teria resultado a figura que depois se designou como Primeiro Ministro. Esse primeiro reinado de um príncipe alemão, durou de 1714 a 1727, seguindo-se o de Jaime II (1727/1760). Também os dois partidos existentes –whigs e tories, que deram origem aos Partidos Liberal e Conservador—foram assumindo determinadas características. Nesse período surge claramente o problema do funcionamento da maioria no Parlamento, emergindo os problemas que depois se repetiam em outros países que adotaram o novo sistema.

O Terceiro rei alemão, que permaneceu no poder durante largo período (Jaime III; 1760/1820), notadamente pelo problema criado de que resultou a independência dos Estados Unidos, enfraqueceu sobremaneira o poder da monarquia, fenômeno que coincide com a ascendência de William Pitt. Este logrou, nesse período, fortalecer extremamente o Parlamento e, graças a isto, dar início à feição que iria

assumir, finalmente, o Governo Representativo proveniente da monarquia e que manteria esse vínculo. Temos em vista que justamente nesse fim de século surgirá, com os Estados Unidos, a experimentação de modalidade do Governo Representativo diferente da monarquia constitucional: a República presidencial.

Decorridos quase 100 anos da Revolução Gloriosa, o governo foi liderado por um estadista – WILLIAM PITT (1759/1806).

A contribuição de Pitt foi relevante pois aperfeiçoou o Governo Representativo, tendo governado em períodos de grande dificuldades, como guerras e problemas econômicos.

Pitt, era filho do Conde de Chatham, conhecido político que tinha o mesmo nome. Concluiu sua formação humanista em Cambridge, aos 17 anos. Revelou desde cedo grande interesse pela vida política do País e achava-se presente à sessão da Câmara dos Lordes em que seu pai faleceu, na própria tribuna, enquanto discursava (1778). Aos 22 anos, 1781, se elegeu para a Câmara dos Comuns. Seu primeiro discurso no Parlamento revelou que se tratava de um jovem extremamente bem preparado para a vida pública, a ponto de que o Primeiro Ministro da época (Lord North) haver registrado que foi o melhor que presenciara em sua atividade parlamentar.

O jovem parlamentar teria oportunidade de participar dos debates relacionados à Independência dos Estados Unidos, propugnando pelo fim da beligerância. Mostrou desde logo tratar-se de um político com visão de estadista, pois defendeu reformas econômicas e a mudança na forma de constituição da representação, que visivelmente se tornara arcaico e facilitava a ingerência da Corte no seu funcionamento.

Em 1782 iniciou sua primeira participação no governo, whig, em decorrência da vitória eleitoral alcançada naquele ano.

Na primeira reforma ministerial seria nomeado Ministro do Exterior. Tinha então 23 anos.

Uma das suas principais propostas políticas se referia à representação. A experiência parlamentar de Pitt convenceu-o de que a forma de escolha dos membros da Câmara dos Comuns proporcionava aos Países uma falsa estabilidade. A representação estava comprometida, segundo sua visão, uma vez que localidades sem qualquer

representatividade mantinham o direito de ter representantes no Parlamento. Tão logo saiu do governo apresentou um projeto tentando corrigir tal desequilíbrio, neste incluía: a) verificação e punição de suborno a eleitores; b) eliminar a representação das localidades que, pelas reduzidas dimensões do eleitorado, facilitava a corrupção; c) ampliar o número de componentes da Câmara dos Lordes. A proposta foi derrotada por 293 a 149 votos. A derrota mostrou que havia uma grande bancada que apoiava as ideias de Pitt. Essa bancada acabou sendo o embrião da liderança parlamentar conquistada por Pitt.

Em fins de 1783, o Rei Jorge III indica-o para o cargo de Primeiro Ministro. A maioria parlamentar recebeu a indicação com desdém, o que não impediu sua eleição, embora tenha paralisado seu governo. Acreditando estar com as melhores propostas para o País, apesar das sucessivas derrotas parlamentares continuou insistindo na divulgação do conjunto que seu governo propunha.

Acreditava tanto que a população estava a seu lado, pelo menos uma grande parte, convocou eleições gerais em março de 1784. Estas eleições asseguraram-lhe maioria. Elegeu-se representante de Cambridge, que se considerará muito relevante.

William Pitt venceu sucessivas eleições tendo permanecido a frente do governo até o ano de 1801, voltou depois de 1804 a 1806.

Pitt ao longo de seu governo priorizou as seguintes políticas: a) aperfeiçoar os mecanismos governamentais destinados a transformar a Inglaterra na maior potência comercial do mundo, introduzidos por Elizabete I e que, embora negligenciados sob os Stuart, lograram ampla continuidade nos dois séculos desde então decorridos. O sucesso desta empreitada se verificou com a eliminação do contrabando; e, b) aperfeiçoar o arranjo institucional do Império a fim de evitar fraturas, a exemplo daquele que resultou da independência dos Estados Unidos. Nesta empreitada não foi bem sucedido. Estabeleceu uma forma de convivência com os católicos da Irlanda, onde foi atribuído o direito de representação no Parlamento, respeitado os direitos da minoria protestante. Esse arranjo foi concluído em 1801, mas encontrou grande resistência, a começar pelo próprio Rei Jorge III, levando Pitt à renúncia.

Sob a liderança de Pitt, o Parlamento tornou-se uma instituição independente perante a Coroa e respeitado pela opinião pública. O coroamento deste feito, foi a instituição de uma variante de governo

representativo: denominado sistema parlamentar ou parlamentarismo. Foi preservada a monarquia, porém as funções executivas passaram a ser exercidas por um governo não só constituído como aprovado pelo Parlamento, e por este controlado. Nessa modalidade de monarquia constitucional, “o Rei reina mas não governa”.

Outro fato notável no governo Pitt, se constituiu na proposta de extinção da representação de 37 localidades que não tinham qualquer representatividade e a ampliação de bases eleitorais de outras, de modo a dispor de mais 34 lugares. As 71 cadeiras daí resultantes seriam distribuídas naquelas regiões em que a população registrava crescimento. Essa proposta não foi aprovada pelo Parlamento mas o seu governo marcou pela austeridade e modernidade.

A reforma não aprovada extingiria o que ficou conhecido como “burgos podres”. O burgo que equivale ao distrito eleitoral, com o passar de décadas e em decorrência de migrações, alguns distritos se tornaram pouco representativos e assim, propiciavam a corrupção de seus poucos eleitores, trazendo para o Parlamento um representante que possuía o direito de representação igual àqueles de burgos de grande contingente. Pitt, queria extinguir essa situação, tornar a representação mais perto da realidade da sociedade inglesa. A presença no Parlamento da representação dos chamados “burgos podres” passou a merecer o repúdio da população que sua atuação em bloco virtualmente desapareceu.

A proposta de Pitt foi postergada até 1832. Contudo, nas décadas posteriores à sua saída do governo a interferência dos reis no governo é efetivamente reduzida.

A sucessão dos fatos ocorridos antes referidos, mais uma vez, comprova, que o Governo Representativo foi uma conquista sofrida e sua construção foi feita mediante a experimentação prática.

A Revolução Francesa, ocorrida na década de 80 do século XVIII, teve grande repercussão em toda a Europa, não podendo deixar de refletir na Inglaterra e no governo Pitt. Quando da eclosão do movimento, Pitt entendeu tratar-se de um assunto interno da França: entretanto, ao perceber que havia grupos favoráveis ao movimento, dentro da Inglaterra, levou-o a condenar publicamente tal posicionamento. Diante da execução de Luís XVI em janeiro de 1793, retirou de Paris, o embaixador inglês. A primeiro de fevereiro seguinte, a França declarou guerra à Inglaterra.

Daquele momento em diante Pitt dá prioridade à luta contra a França. O esforço de guerra tornou os impostos mais caros, enfim trouxe problemas para a economia inglesa como um todo.

Tendo o Rei desaprovado sua política com relação a Irlanda –batizada de emancipação católica --, Pitt afastou-se do governo no início do século. Contudo, voltaria ao poder em 1804 para fazer face à ostensiva preparação da Armada Francesa para invadir a Inglaterra. Em seguida dar-se-ia conta de que a tomada do poder por Napoleão, em 1799, iria postergar por muitos anos a resolução do conflito.

A consolidação do Governo Representativo na Inglaterra, no século XVIII, teve profundas repercussões e consequências nos destinos do Ocidente. O resultado da Revolução Francesa foi a França ter sido levada a uma monarquia absoluta sob a tutela de Napoleão. A bandeira da liberdade, acabou se transformando em um terror republicano e abriu caminho para a revogação do princípio constitucional até então existente.

Diante das experiências históricas, verificou-se que o caminho viável para a democracia e a manutenção do princípio constitucional, só poderia ser o Governo Representativo, no qual seu aperfeiçoamento deve ser buscado sempre que a sociedade altere seu comportamento, sendo isso possível como demonstrou a experiência inglesa.